



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Especialidade Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'EM', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Objetiva de Conhecimentos Teóricos
Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Estudo de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever o Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Estudo de Caso (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Creio que, pelo gosto de Gastão Cruls, a modernização do Rio se teria feito, desde os dias do Engenheiro Passos, com muito menor sacrifício do caráter e das tradições da cidade à mística do Progresso com P maiúsculo. Mas nunca se esquece ele de que, sob as descaracterizações e inovações brutais e tantas vezes desnecessárias por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil, continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses, dos Vice-reis, de Dom João VI, dos Jesuítas, dos Beneditinos, dos começos da Santa Casa [...]

*Por mais que tudo isso venha desaparecendo dos nossos olhos e se dissolvendo em passado, em antiguidade, em raridade de museu, continua a ser parte do espírito do Rio de Janeiro. Pois as cidades são como as pessoas, em cujo espírito nada do que se passou deixa inteiramente de ser. O Rio descaracterizado de hoje guarda no seu íntimo para os que, como Gastão Cruls, sabem vê-lo histórica e sentimentalmente, uma riqueza de característicos irredutíveis ou indestrutíveis, que as páginas de **Aparência do Rio de Janeiro** nos fazem ver ou sentir. E este é o maior encanto do guia da cidade que o autor de **A Amazônia que eu vi** acaba de escrever: dar-nos, através da aparência do Rio de Janeiro, traços essenciais do passado e do caráter da gente carioca. Comunicar-nos do Rio de Janeiro que Gastão Cruls conhece desde seus dias de menino de morro ilustre – menino nascido à sombra do Observatório – alguma coisa de essencial. Alguma coisa do que a cidade parece ter de eterno e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno – principalmente o moreno – da cor da pele dos seus homens e das suas mulheres, com o azul e o verde quente de suas águas e de suas matas.*

(Rio, setembro, 1948)

Obs.: Texto transcrito de acordo com as atuais normas ortográficas.

(Gilberto Freyre, Trecho do Prefácio. In: Cruls, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, Coleção documentos brasileiros, 2. ed., v. 1, 1952. p. 15-17)

1. ... e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno ...

O segmento grifado preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A ninguém ocorreu demonstrar não seria possível impedir a derrubada de algumas antigas construções.
- (B) Seriam necessários novos e diferentes projetos urbanísticos, permanecessem intocadas as construções originais.
- (C) As autoridades contavam se fizessem consultas à população para definir os projetos de melhoria de toda a área.
- (D) As transformações se refere o historiador descaracterizaram toda a área destinada, de início, a pesquisas.
- (E) A necessidade de inovações foi o argumento se valeram os urbanistas para defender o projeto apresentado.

2. O texto deixa claro, principalmente, que a cidade do Rio de Janeiro

- (A) mantém elementos tradicionais, ao lado de uma necessária transformação, ainda que essa transformação possa descaracterizá-la em alguns aspectos.
- (B) deve voltar-se para a modernidade, assim como as pessoas, em uma evolução natural e necessária para a adequação aos tempos atuais.
- (C) acaba por perder suas características mais importantes em benefício de um discutível progresso, que põe em risco sua beleza natural.
- (D) representa, de maneira visível, as tradições do povo brasileiro e, portanto, é essencial a manutenção das suas características urbanas originais.
- (E) precisa preservar sua identidade original, pois a natureza, que lhe garante o título de a mais bela cidade do Brasil, deve ser tida como intocável.

3. Os dois-pontos que aparecem no 2º parágrafo denotam

- (A) constatação de fatos pertinentes ao assunto.
- (B) enumeração de elementos da cidade e do povo.
- (C) inclusão de segmento especificativo.
- (D) interrupção intencional do fluxo expositivo.
- (E) intercalação de ideia isolada no contexto.

4. Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que se mantém corretamente **no singular** é:

- (A) *continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses (tradições no Rio de Janeiro)*
- (B) *do que a cidade parece ter de eterno (as belezas da cidade)*
- (C) *a modernização do Rio se teria feito (as obras de modernização)*
- (D) *Mas nunca se esquece ele de que (esses autores)*
- (E) *por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil (as mais belas cidades do Brasil)*



Atenção: As questões de números 5 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Cafezinho

Leio a reclamação de um repórter irritado que precisava falar com um delegado e lhe disseram que o homem havia ido tomar um cafezinho. Ele esperou longamente, e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Tinha razão o rapaz de ficar zangado. Mas com um pouco de imaginação e bom humor podemos pensar que uma das delícias do gênio carioca é exatamente esta frase: – Ele foi tomar café.

A vida é triste e complicada. Diariamente é preciso falar com um número excessivo de pessoas. O remédio é ir tomar um “cafezinho”. Para quem espera nervosamente, esse “cafezinho” é qualquer coisa infinita e torturante. Depois de esperar duas ou três horas dá vontade de dizer: – Bem, cavalheiro, eu me retiro. Naturalmente o Sr. Bonifácio morreu afogado no cafezinho.

Ah, sim, mergulhemos de corpo e alma no cafezinho. Sim, deixemos em todos os lugares este recado simples e vago: – Ele saiu para tomar um café e disse que volta já.

Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes e perguntar: – Ele está? – alguém dará o nosso recado sem endereço. Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...

Podemos, ainda, deixar o chapéu. Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão: – Ele foi tomar um café. Com certeza volta logo. O chapéu dele está aí...

Ah! Fugamos assim, sem drama, sem tristeza, fugamos assim. A vida é complicada demais. Gastamos muito pensamento, muito sentimento, muita palavra. O melhor é não estar.

Quando vier a grande hora de nosso destino nós teremos saído há uns cinco minutos para tomar um café. Vamos, vamos tomar um cafezinho.

Rio, 1939.

(Rubem Braga. **O Conde e o passarinho & Morro do isolamento.** Rio de Janeiro: Record, 2002. p.156-7)

5. Com relação ao episódio com que inicia a crônica, o autor se mostra

- (A) solidário com o repórter na raiva que este experimentou ao esperar inutilmente pelo delegado e, ainda que de modo bem humorado, inteiramente avesso aos desvios de conduta de uma autoridade.
- (B) indiferente à irritação do repórter e condescendente em relação à ausência do delegado, acreditando que as complicações da vida justificam inteiramente a necessidade de se recorrer à desculpa do café.
- (C) compreensivo em relação à cólera do repórter, mas disposto a tomar o pretexto do café de que se vale o delegado para considerar, de modo bastante irônico, as razões de seu uso generalizado.
- (D) crítico intransigente tanto do comportamento do delegado, por ter deixado o repórter esperando por tanto tempo, como da atitude deste último, que não soube considerar a situação com ironia e bom humor.
- (E) propenso a julgar a reação do repórter de modo muito mais severo do que a conduta do delegado, sugerindo ter havido grande exagero na afirmação de que este passara o dia inteiro tomando café.

6. *Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão...*

Mantendo-se a correção e o sentido original, as frases acima estão reunidas num único período em:

- (A) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo: porquanto assim dirão...
- (B) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, por que assim dirão...
- (C) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo e ainda assim dirão...
- (D) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, pois assim dirão...
- (E) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, conquanto assim dirão...

7. *Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...*

Do teor da crônica e da enumeração presente no segmento acima, pode-se depreender corretamente:

- (A) A introversão exagerada estende a aversão tanto às coisas más quanto às boas.
- (B) Os que nos procuram não costumam se esforçar de modo efetivo para nos encontrar.
- (C) O reconhecimento de que a vida é triste não acaba com o desejo de perpetuá-la.
- (D) A misantropia pode levar a uma tristeza que só termina com a morte.
- (E) As desculpas dadas de modo muito frequente acabam perdendo todo o sentido.

8. Os verbos que exigem o mesmo tipo de complemento estão empregados nos segmentos transcritos em:

- (A) *Para quem espera nervosamente... // Depois de esperar duas ou três horas...*
- (B) *Tinha razão o rapaz... // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*
- (C) *A vida é triste e complicada. // ... mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.*
- (D) *... alguém dará o nosso recado sem endereço. // A vida é triste e complicada.*
- (E) *Tinha razão o rapaz... // Depois de esperar duas ou três horas...*

9. A frase que admite transposição para a voz PASSIVA é:

- (A) *Leio a reclamação de um repórter irritado...*
- (B) *... precisava falar com um delegado...*
- (C) *Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...*
- (D) *O chapéu dele está aí...*
- (E) *... chegou à conclusão de que o funcionário...*



10. ... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Do mesmo modo que se justifica o sinal indicativo de crase em destaque na frase acima, está correto o seu emprego em:

- (A) e chegou à tempo de ouvir as conclusões finais.
- (B) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
- (C) e chegou à conclusões as mais disparatadas.
- (D) e chegou à uma conclusão totalmente inesperada.
- (E) e chegou então à tirar conclusões precipitadas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto abaixo.

Esquerda e direita

O DNA é de esquerda ou de direita? Ele fornece argumentos para todos. Prova que todos nascem com o mesmo sistema de códigos genéticos, e portanto são iguais – ponto para a esquerda –, mas que cada indivíduo tem uma senha diferente, ponto para a direita. Na velha questão *biologia × cultura*, o DNA dá razão a quem diz que características adquiridas não são hereditárias, nenhuma experiência cultural afeta os genes transmitidos e a humanidade não ficará mais virtuosa – muito menos socialista – com o tempo. Mas a própria descoberta do DNA e todas as projeções do que se tornou possível com a manipulação do material genético mostram como o ser humano pode, sim, interferir na sua própria evolução, e como existe nele uma determinação inata para o autoaperfeiçoamento. Parafraseando Marx: os cientistas sempre se preocuparam em compreender o ser humano, agora devem tratar de mudá-lo.

A indefinição dos nossos genes é apenas mais um numa longa lista de paradoxos que nos dividem. É “de esquerda” ser a favor do aborto e contra a pena de morte, enquanto *direitistas* defendem o direito do feto à vida, porque é sagrada, e ao mesmo tempo o direito do Estado de tirá-la, embora não gostem que o Estado interfira em outras áreas. A direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração, mas aceita a desigualdade social, ou o sacrifício de muitos indivíduos pelo sucesso de poucos, como natural. A esquerda muitas vezes atribui a um líder superpersonalizado a incongruente realização de um humanismo igualitário.

Feliz é a mosca, que tem mais ou menos a nossa estrutura genética, mas absolutamente nenhum interesse nas suas implicações.

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo. **O mundo é bárbaro**)

11. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento

- (A) A *indefinição dos nossos genes* diz respeito ao estado ainda incipiente e vacilante das pesquisas no campo da genética.
- (B) A *direita valoriza o indivíduo acima da sociedade, que seria uma abstração* acentua a supremacia de uma típica tese coletivista.
- (C) *Ele fornece argumentos para todos* refere-se à alternância de poder entre a esquerda e a direita, ao longo da história.
- (D) *ponto para a esquerda* revela a indicação de um fato que favorece, a princípio, uma posição ideológica dos socialistas.
- (E) *Na velha questão biologia × cultura* alude à clássica disputa entre as ciências humanas e as ciências exatas.

12. O autor admite que, com a descoberta e com a possibilidade de manipulação do sistema de códigos genéticos (DNA),

- (A) tanto a esquerda como a direita deixarão de encontrar argumentos para suas posições, de vez que é a ação do código genético que determina uma opção política.
- (B) ficará ainda mais acirrada a oposição entre a esquerda e a direita, pois uma e outra reivindicarão para si o direito de gerenciar os dividendos de uma ciência tão lucrativa.
- (C) não haverá mais como estabelecer qualquer distinção entre o que sempre foi “de direita” e o que sempre se definiu como “de esquerda”.
- (D) acabarão de vez os desequilíbrios sociais, pois será possível superar as desigualdades com base em seguros critérios de justiça, que são hereditários.
- (E) os homens poderão favorecer determinados aspectos de sua evolução, atendendo assim a uma inclinação da espécie para seu próprio aprimoramento.

13. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Um dos vários paradoxos enunciados no texto é o de que a esquerda, que valoriza a vida, acaba defendendo posição similar à da direita, nos casos do aborto e da pena de morte.
- II. Ao contrário da direita, a esquerda encoraja as iniciativas do Estado, quando estas promovem a valorização do indivíduo sem abonar, no entanto, qualquer forma de personalismo.
- III. A paráfrase de uma afirmação de Marx deixa ver que este alimentava a convicção de que os homens são capazes de se transformarem a si mesmos, em sua trajetória.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



14. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Felizes são as moscas, que nem precisavam saber nada de política ou de DNA para irem levando sua vida em conformidade com o que a natureza lhes determinasse como destino.
- (B) A esquerda já chegou a glorificar a ação de líderes personalistas, cujo autoritarismo obviamente excedia os limites de uma sociedade que se queria justa e igualitária.
- (C) Os cientistas devem, a partir de agora, tratar de mudar o ser humano, mesmo que até hoje não revelariam mais do que um pálido esforço ao buscar compreendê-lo.
- (D) O que for de esquerda ou de direita teria sido agora relativizado pelas descobertas do DNA, cujas projeções têm esvaziado essa clássica divisão.
- (E) Se os cientistas vierem a se preocupar com as questões ideológicas de que as futuras descobertas se revestissem, terão corrido o risco de partidarizar a ciência.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher adequadamente a lacuna da frase:

- (A) A um direitoista não (**deixar**) de assustar, quando isso não lhe convém, iniciativas econômicas que o Estado reivindica para si.
- (B) Não (**parecer**) uma incongruência, para os esquerdistas, os excessos personalistas do líder de um movimento socialista.
- (C) Não (**corresponder**) aos surpreendentes dobramentos da descoberta do DNA análoga evolução no plano das questões éticas.
- (D) Mesmo a um pesquisador de ponta não (**haver**) de convir as disputas éticas, pois ele ainda engatinha nessa nova descoberta.
- (E) De todas as projeções que se (**fazer**) a partir da manipulação do DNA, a mais assustadora é a programação de tipos pessoais.

16. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Ao se reportar às posições de direita e de esquerda, o autor identificou contradições em ambas, deixando claro que a nenhuma cabe reivindicar o mérito da coerência absoluta.
- (B) As moscas, quem diria, ostentam nossa mesma estrutura genética, afirma o autor, mas nem sequer se comprazem ou o lamentam, pois não implicam nada que não lhes diga respeito.
- (C) Habitualmente humorista, nem por isso Luís Fernando Veríssimo se exime ao tecer críticas sérias, postulando assim um equilíbrio entre o riso e a contenção jocosa.
- (D) O homem ainda está longe de ratificar o alcance da descoberta do DNA, onde as projeções mais ousadas fazem lembrar a ficção científica, ou mesmo muito além dela.
- (E) Interessou ao autor debater, uma vez mais, a eterna cisãnia entre esquerda e direita, a estar sendo alimentada pela evolução das descobertas do DNA e pelas projeções de onde derivam.

Atenção: As questões de números 17 a 22 referem-se ao texto abaixo.

*Joaquim Manuel de Macedo ficou famoso por causa de **A Moreninha** (1844), romance que virou sinônimo do gênero romântico no Brasil e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem. Dr. Macedinho, como era popularmente conhecido, editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller. A despeito do sucesso, o ganha-pão do escritor seria obtido a partir da atividade como jornalista, articulista e cronista. Médico de formação, Macedo enveredaria pela literatura de maneira ampla. Num momento em que parecia natural cruzar a ponte entre jornalismo e literatura, Macedinho sagrou-se personagem descolado no Rio de Janeiro de Pedro II.*

E começou cedo: com apenas 24 anos, além de se dedicar ao romance, passou às páginas de jornal. Porém, se sua obra ficcional é conhecida, a produção jornalística é pouco divulgada. A desproporção é gritante, uma vez que o escritor publicou durante quatro décadas em vários órgãos cariocas. Apenas no sisudo Jornal do Comércio, reduto conservador dos mais estáveis, Macedo foi presença cativa durante 25 anos, sem interrupção. Suas colunas ocupavam o espaço prestigioso do rodapé da primeira página de domingo, dia em que a circulação duplicava.

Macedo era mesmo um agitador. Ajudou a criar uma tradição para nossas artes, letras e história. Nosso escritor usaria de suas boas relações e da sua literatura ágil para fortalecer seu grupo, empenhado na construção cultural do país.

(Líliia Moritz Schwarcz. **O Estado de S. Paulo**, sábado, S6, 26 de março de 2011, com adaptações)

17. Destaca-se no texto

- (A) a participação de Macedo como importante colunista no Rio de Janeiro, centro difusor de cultura durante o Império.
- (B) a influência de uma imprensa politizada na vida do Rio de Janeiro, responsável pela divulgação de romances no século XIX.
- (C) a agitação cultural do Rio em pleno século XIX, que obrigou Macedo a optar pela atividade jornalística.
- (D) a existência de um vasto público voltado para a leitura de obras de caráter romântico, ainda no século XIX.
- (E) o papel desempenhado por romancistas na difusão do hábito de leitura entre rapazes e moças durante o século XIX.



18. *A despeito do sucesso, o ganha-pão do escritor seria obtido...*

O elemento grifado acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) Em vista do
- (B) A partir do
- (C) Em razão do
- (D) Conquanto o
- (E) Em que pese o

19. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) o valor literário da enorme produção jornalística de Macedo é superior ao de suas obras de ficção, apesar do estrondoso sucesso de **A Moreninha**.
- (B) a pouca divulgação da produção jornalística de Macedo é injustificável diante do reconhecimento do público e de sua permanência na imprensa da época.
- (C) o romancista, por ser médico, ainda que conceituado, precisou editar obras de seu próprio bolso, diante de um público leitor pouco receptivo.
- (D) a sociedade do Rio de Janeiro do Império apreciava romances românticos, em oposição ao realismo veiculado nos noticiários, embora os jornalistas fossem bastante admirados.
- (E) o vasto círculo de relações sociais de Macedo fez com que ele se transformasse em figura reconhecida nos meios literários pelo valor de suas crônicas.

20. O assunto central aponta para o papel de Macedo como

- (A) militante político responsável por diferentes causas sociais.
- (B) defensor de uma visão romântica da vida cotidiana brasileira.
- (C) autor do primeiro *best-seller* da literatura brasileira.
- (D) escritor atuante, tanto nos meios literários como na atividade jornalística.
- (E) médico popularmente reconhecido no Rio de Janeiro da época.

21. *... editaria a obra às próprias custas e não se arrependeria: o livro converteu-se em nosso primeiro best-seller.*

Os dois-pontos introduzem segmento

- (A) que, embora redundante, tem o objetivo de realçar a importância da informação.
- (B) explicativo, em que se percebe noção de causa.
- (C) que denota o tempo decorrido entre a publicação da obra e a aceitação do público.
- (D) conclusivo, com ressalva ao que foi expresso anteriormente.
- (E) concessivo, pela oposição de sentido marcado na negação do verbo anterior.

22. *... dia em que a circulação duplicava.*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

- (A) *... a produção jornalística é pouco divulgada.*
- (B) *Macedo era mesmo um agitador.*
- (C) *Nosso escritor usaria de suas boas relações ...*
- (D) *... e já fez muitas moçoilas e rapazes barbados chorarem.*
- (E) *... editaria a obra às próprias custas ...*

Atenção: As questões de números 23 a 26 referem-se ao texto abaixo.

*O caso Montaigne na tradição literária da amizade não é propriamente uma exceção. Como os povos felizes, que – já se disse – não têm história: os sentimentos vitais, contentes e contentes, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. Por isso, certamente, a clave da perda marca tanto essa literatura e a tingem tão estranhamente de melancolia. (É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.) Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação do **Lélio** de Cícero, brotada do interior de seu luto pela morte de Cipião, o sensível capítulo das **Confissões** de Santo Agostinho dedicado à memória do amigo, ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. Montaigne tem pois predecessores ilustres, e, explicitamente, incorpora o seu texto nessa linhagem.*

E, no entanto, ao ler seu ensaio (livro I, 28), sentimos que dissoa bastante do andamento mais moderado dessas composições da tradição. Sua dissertação, sentimos logo, engata alturas mais elevadas, vibra de modo mais intenso. Montaigne radicaliza. Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. A estreita proximidade das almas se ultrapassa; chega à fusão e assim toca o sublime.

(Fragmento adaptado de Sérgio Cardoso. Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne. **Os sentidos da paixão**. S.Paulo: Cia. das Letras, 1987. p.162-3)

23. Com a comparação feita no início do texto, o autor sugere que

- (A) a história de indivíduos e povos é uma oscilação constante entre momentos de felicidade e momentos de dor.
- (B) o sentimento de amizade que une os indivíduos não é diferente daquele que unifica um povo, vínculo responsável pela felicidade de todos.
- (C) os períodos de felicidade, ao contrário dos momentos de dor, não costumam ser registrados nem pelos povos, nem pelos indivíduos.
- (D) a felicidade é uma quimera tanto para o indivíduo quanto para os povos, o que é comprovado pelas memórias individuais e pelos registros históricos.
- (E) o indivíduo tem em comum com um povo o hábito de não refletir sobre os acontecimentos senão nos momentos de maior felicidade.



24. (*É que talvez os relevos dos grandes sentimentos humanos só se deixem mesmo apalpar pelo avesso: a falta permite, mais facilmente, sondar a profundidade do pleno, a dor, do contentamento.*)

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada na frase acima, transcrita do 1º parágrafo do texto.

- I. O uso dos parênteses para isolar a frase justifica-se por se tratar de uma digressão que, embora relacionada à reflexão feita no parágrafo, interrompe momentaneamente o fluxo do pensamento.
- II. Os dois-pontos introduzem um segmento que constitui, de certo modo, uma ressalva ao que se afirma no segmento imediatamente anterior.
- III. As vírgulas que isolam o segmento *mais facilmente* poderiam ser retiradas sem prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

25. Dentre as características da dissertação de Montaigne que podem ser apreendidas do texto, é correto mencionar:

- (A) Um radicalismo político extremado, que não tem lugar nos relatos politicamente inócuos de seus predecessores.
- (B) A ausência do tema da morte, onipresente nos textos de seus predecessores, o que faz do relato uma verdadeira celebração da vida.
- (C) A tendência ao misticismo, inteiramente ausente dos relatos de seus predecessores, mesmo o de Santo Agostinho.
- (D) A opção por um relato mais imponente e vigoroso, em lugar do tom comedido que seus predecessores adotam.
- (E) O predomínio da imaginação, o que permite incluir o relato antes no campo da ficção, ainda que sublime, do que no da memória.

26. O sentido do elemento grifado NÃO está expresso adequadamente, entre parênteses e em negrito, ao final da transcrição em:

- (A) *Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos de imediato à lembrança a bela dissertação... (memória)*
- (B) *Com efeito, ao pensarmos nos grandes textos sobre a amizade, vêm-nos... (De fato)*
- (C) *... ou mesmo o **Fédon** de Platão e seu relato pungente da morte de Sócrates. (sereno)*
- (D) *Com ele a grandeza daquelas amizades se expande num elemento mais vasto, desafia a moderação, vai ao superlativo. (ponto mais alto)*
- (E) *... os sentimentos vitais, contentes e continentais, poucas vezes, enquanto vigem, dublam-se em reflexão e discurso. (vigoram)*

Atenção: As questões de números 27 a 30 referem-se ao texto abaixo.

Entre a palavra e o ouvido

Nossos ouvidos nos traem, muitas vezes, sobretudo quando decifram (ou acham que decifram) palavras ou expressões pela pura sonoridade. Menino pequeno, gostava de ouvir uma canção dedicada a uma mulher misteriosa, dona Ondirá. Um dia pedi que alguém a cantasse, disse não saber, dei a deixa: "Tão longe, de mim distante, Ondirá, Ondirá, teu pensamento?" Ganhei uma gargalhada em resposta. Um dileto amigo achava esquisito o grande Nat King Cole cantar seu amor por uma misteriosa espanhola, uma tal de dona Quiçás... O ator Ney Latorraca afirma já ter sido tratado por seu Neila. Neila Torraca, é claro. Agora me diga, leitor amigo: você nunca foi apresentado a um velhinho chamado Fulano Detal?

(Armando Fuad. **Inédito**)

27. É correto afirmar que, ao se valer da expressão

- (A) *Neila Torraca*, o autor se vale de um equívoco de audição inteiramente distinto do que ocorreu em *Fulano Detal*.
- (B) *Menino pequeno*, o autor torna implícito a ela um sentido de **temporalidade**.
- (C) *sobretudo quando decifram (...) pela pura sonoridade*, o autor se refere **exclusivamente** ao equívoco causado pela recepção dos sons.
- (D) *Ganhei uma gargalhada em resposta*, o autor não deixa entrever qual teria sido a pergunta.
- (E) *uma tal de dona Quiçás*, o autor faz ver que o ouvinte se confundiu por não conhecer a personagem.

28. Com base nos casos narrados no texto, é correto afirmar que, por vezes, entre a palavra e o ouvido,

- (A) buscamos reconhecer uma sonoridade apenas por seu efeito acústico, sem lhe emprestar nenhum sentido.
- (B) nossa capacidade criativa faz com que recusemos sons muito usuais, substituindo-os por outros, mais exóticos.
- (C) ocorre um tipo de interferência no modo de recepção que distorce inteiramente o sentido original da mensagem.
- (D) uma falha do aparelho auditivo deforma o som captado, levando o receptor a entender outra coisa.
- (E) a mensagem original se perde porque se ouve uma expressão já adulterada pela má pronúncia de terceiros.

29. Está INADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase:

- (A) E afinal, por onde andar_á dona Ondirá, senhora misteriosa de quem o leitor foi fã cativo, quando menino?
- (B) E dona Quiçás, a quem Nat King Cole jamais teve a honra de ser apresentado, morará ainda em Madri?
- (C) A traição a que por vezes está sujeita nossa audição pode ter resultados divertidos.
- (D) Os sons das palavras, a cujos poucas vezes dedicamos plena atenção, podem ser bastante enganosos.
- (E) A melodia e o ritmo de uma frase, em cujo embalo podemos nos equivocar, valem pelo efeito poético.



30. É preciso **corrigir**, por falhas diversas, a seguinte frase:
- (A) Pelos sons exóticos das palavras, nos impregnamos da melodia poética a cujo encanto se rendem, imantados, os nossos ouvidos.
 - (B) Há sons indiscrimináveis, como os que se apanha do rádio mau sintonizado ou de uma conversa aliatória, entre terceiros.
 - (C) É possível elaborar-se uma longa lista de palavras e expressões em cuja recepção sonora verificam-se os mais curiosos equívocos.
 - (D) Quem ouve mal não tem necessariamente mau ouvido; pode ter sido afetado pelo desconhecimento de um contexto determinado.
 - (E) Quem não destorce o que ouviu de modo torto acaba por permanecer longe do caminho reto da compreensão.

Informática

31. Dentre as ações possíveis para se aumentar a segurança em programas de correio eletrônico, é INCORRETO dizer que se inclua desligar
- (A) se possível, o modo de visualização de *e-mails* no formato HTML.
 - (B) as opções de exibir imagens automaticamente.
 - (C) o recebimento de mensagens por servidores POP3 e IMAP.
 - (D) as opções que permitem abrir ou executar automaticamente arquivos ou programas anexados às mensagens.
 - (E) as opções de execução de *JavaScript* e de programas *Java*.
32. Com a utilização do editor de textos *Writer* do pacote *BR Office* é possível utilizar um texto selecionado para a criação automática de uma tabela pela opção Converter do menu Tabelas. Ao selecionar a opção de conversão de texto para tabela é apresentado uma tela para a escolha do separador de colunas. É possível escolher entre 3 separadores pré-definidos para essa operação ou ainda definir um caractere pela opção Outros. Dois dos separadores padrão encontrados nessa tela são:
- (A) vírgula e tabulações.
 - (B) barra vertical e ponto e vírgula.
 - (C) vírgula e barra vertical.
 - (D) ponto e vírgula e vírgula.
 - (E) tabulações e parágrafo.
33. Pela utilização do editor de apresentações *Impress*, do pacote *BR Office*, é possível cronometrar a apresentação sendo exibida. Este recurso é acessível por meio da opção Cronometrar, presente no menu
- (A) Editar.
 - (B) Formatar.
 - (C) Ferramentas.
 - (D) Apresentação de slides.
 - (E) Visualização de slides.
34. No *Internet Explorer 8* é possível efetuar tarefas pré-programadas para o texto selecionado em uma página da *Web*, como abrir um endereço físico em um site de mapeamento da *web* ou procurar a definição de uma palavra no dicionário, dentre outras coisas. Quando este recurso está ligado, ao lado do texto selecionado é mostrado um pequeno ícone, que ao ser clicado exibe as opções disponíveis. Este recurso é conhecido como
- (A) *Quick Picks*.
 - (B) Acelerador.
 - (C) Marcador.
 - (D) Menu de contexto.
 - (E) Tarefas Rápidas.
35. No *Microsoft Outlook 2010* é possível ativar opções que irão requisitar que seja devolvida uma confirmação assim que o *e-mail* for lido e/ou entregue ao destinatário. Tais opções são facilmente ativadas na tela de criação de um novo *e-mail*, presentes no menu de Opções, e são chamadas respectivamente:
- (A) Requisitar Notificação de Leitura e Requisitar Notificação de Envio.
 - (B) *Status* de Leitura e *Status* de Envio.
 - (C) Notificação de Leitura e Notificação de Entrega.
 - (D) Notificação de Status de Leitura e Confirmação de Envio.
 - (E) Solicitar Confirmação de Leitura e Solicitar Confirmação de Entrega.

**GRUPO II****Direito Administrativo**

36. Determinado Estado da Federação editou decreto alterando a gestão da previdência complementar dos servidores públicos do Estado e transferindo-a para autarquia especial criada no mesmo ato. A medida é

- (A) irregular, na medida em que a gestão de recursos previdenciários dos servidores não poderia ser delegada a outro ente, ainda que integrante da Administração Indireta.
- (B) irregular, na medida em que a autarquia somente poderia ter sido criada por lei.
- (C) regular, na medida em que é obrigatório ao Estado disciplinar a previdência complementar dos servidores públicos não submetidos ao sistema único.
- (D) regular, desde que a nova autarquia passe a gerir os recursos previdenciários dos servidores públicos admitidos após sua criação.
- (E) irregular, tendo em vista que a delegação operada somente poderia ter sido feita para ente integrante da Administração Indireta.

37. De acordo com o disposto na Lei nº 9.784/99 (Processo Administrativo), das decisões proferidas em processos administrativos cabe recurso administrativo

- (A) à autoridade que proferiu a decisão, que, se entender cabível, determinará o encaminhamento à autoridade superior.
- (B) à autoridade que proferiu a decisão, quando tiver sido interposto pelo próprio interessado e à autoridade superior, quando se tratar de recurso de terceiro.
- (C) à autoridade superior, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu a decisão.
- (D) interposto somente pelos titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- (E) interposto pelas partes no processo ou por aqueles cujos direitos sejam indiretamente afetados pela decisão.

38. As pessoas que exercem atos por delegação do Poder Público, tais como os serviços notariais e de registro podem ser consideradas

- (A) funcionários públicos *lato sensu*, na medida em que se submetem à fiscalização do Poder Público.
- (B) agentes públicos estatutários, desde que recebam remuneração do Poder Público.
- (C) servidores públicos estatutários, caso tenham prestado concurso público.
- (D) empregados públicos, desde que tenham prestado concurso público.
- (E) particulares em colaboração com o Poder Público, sem vínculo empregatício.

39. O Poder Público contratou, na forma da lei, a prestação de serviços de transporte urbano à população. A empresa contratada providenciou todos os bens e materiais necessários à prestação do serviço, mas em determinado momento, interrompeu as atividades. O Poder Público assumiu a prestação do serviço, utilizando-se, na forma da lei, dos bens materiais de titularidade da empresa. A atuação do poder público consubstanciou-se em expressão do princípio da

- (A) boa-fé.
- (B) indisponibilidade do interesse público.
- (C) continuidade do serviço público.
- (D) eficiência.
- (E) segurança jurídica.

40. A Administração Pública revogou um ato de outorga privativa de uso de bem público sob o único e expresso fundamento de que o permissionário teria cedido a área para terceiros. Posteriormente ficou demonstrado que essa informação era falsa. De acordo com essas informações tem-se que a revogação da permissão de uso é

- (A) nula, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, uma vez que o fundamento invocado para a revogação da permissão de uso era falso.
- (B) anulável, porque a Administração não precisa produzir prova dos fundamentos que invocou, ante o princípio da supremacia do interesse público.
- (C) válida porque se trata de ato discricionário, dispensando qualquer motivação.
- (D) nula, uma vez que não foi respeitado o contraditório e o princípio da eficiência.
- (E) válida, com fundamento na teoria dos motivos determinantes, pois o ato não precisava ser motivado.

Direito Constitucional

41. Em decorrência de acordo homologado judicialmente, um pai obrigou-se ao pagamento mensal de pensão alimentícia a seu filho de 15 anos, que reside com a mãe. Ocorre que, nos últimos seis meses, a despeito de gozar de boa situação financeira, o pai deixou de cumprir sua obrigação, situação que levou o filho, devidamente assistido pela mãe, a requerer em juízo que se determinasse a prisão do pai. Para o fim de localizar o pai, forneceu-se ao juízo seu endereço residencial atual.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a prisão do pai

- (A) poderá ser determinada pelo juízo, mas não poderá ser efetuada em sua residência, em função da garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio, que somente se excepciona em virtude de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.
- (B) poderá ser determinada pelo juízo e efetuada em seu endereço residencial, a qualquer hora do dia, por se tratar de cumprimento de ordem judicial.
- (C) poderá ser efetuada em seu endereço residencial, desde que mediante determinação judicial, a qual, no entanto, somente poderá ser cumprida durante o dia.
- (D) não poderá ser determinada pelo juízo, pois o ordenamento constitucional estabelece expressamente que não haverá prisão civil por dívida.
- (E) poderá ser efetuada, independentemente de ordem judicial, por se tratar de dívida de alimentos, restringindo-se, contudo, o horário de entrada na residência ao período diurno.



42. Nos termos da Constituição da República, é necessária a manifestação de dois terços dos membros do Tribunal para
- (A) a produção de eficácia contra todos e efeito vinculante nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.
 - (B) a recusa ao prosseguimento de recurso extraordinário, por não demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso.
 - (C) a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - (D) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público.
 - (E) a aprovação de súmula de efeito vinculante, pelo Superior Tribunal de Justiça.
-
43. Lei estadual que disciplinasse procedimentos em matéria processual
- (A) seria compatível com a Constituição da República, desde que houvesse lei complementar federal que fixasse normas para a cooperação entre União e Estados na matéria.
 - (B) deveria restringir-se ao exercício de competência legislativa suplementar, para atender às peculiaridades do Estado, na hipótese de inexistir lei federal sobre normas gerais.
 - (C) seria incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (D) teria sua eficácia suspensa, pela superveniência de lei federal sobre normas gerais, naquilo que lhe fosse contrária.
 - (E) seria compatível com a Constituição da República, desde que houvesse lei complementar federal que autorizasse os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias.
-
44. Lei orgânica municipal que estabeleça que perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de aprovação em concurso público realizado antes de sua eleição, será
- (A) incompatível com a Constituição da República, que admite a cumulação de cargos, sem perda do mandato, na esfera municipal, apenas para os Vereadores, e não para o Prefeito.
 - (B) parcialmente incompatível com a Constituição da República, que somente prevê a possibilidade de o Governador de Estado não perder o mandato em virtude de posse decorrente de aprovação em concurso público, o que não se aplica ao Prefeito de Município.
 - (C) compatível com a Constituição da República.
 - (D) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria em relação à qual esta atribui à Constituição estadual a competência para regulamentar.
 - (E) incompatível com a Constituição da República, ao sancionar com a perda do mandato o Prefeito que assumir cargo em virtude de concurso público realizado após sua eleição.
-
45. *O Supremo Tribunal Federal reconheceu, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, a impossibilidade de lei complementar estadual estabelecer a vinculação da Defensoria Pública a uma Secretaria de Estado.*
- (ADI nº 3569, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, publ. DJ de 11-5-2007).
- A impossibilidade em questão decorre de norma da Constituição da República segundo a qual as Defensorias Públicas Estaduais
- (A) possuem autonomia funcional e administrativa.
 - (B) vinculam-se administrativamente ao Poder Judiciário, cabendo aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais, a iniciativa de sua proposta orçamentária.
 - (C) vinculam-se institucionalmente ao Poder Judiciário, em virtude de serem essenciais à função jurisdicional do Estado.
 - (D) atrelam-se ao Ministério Público do Estado respectivo, na medida em que lhe incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
 - (E) não integram a estrutura do Estado, vinculando-se os membros da carreira à Ordem dos Advogados do Brasil.

**Direito Processual Civil**

46. A citação inicial no processo

- (A) não pode ser efetivada em face de réu ausente.
- (B) não será efetuada aos noivos, no primeiro mês das bodas.
- (C) será realizada normalmente aos doentes, mesmo que grave o seu estado, bastando que esteja presente durante o ato citatório um parente em linha reta ou na colateral em segundo grau.
- (D) não será realizada, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.
- (E) efetuar-se-á sempre no domicílio ou na residência do réu.

47. Se alguma das condições da ação não for atendida, o processo

- (A) será julgado extinto sem resolução do mérito, formando coisa julgada material.
- (B) será julgado extinto sem resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.
- (C) é nulo, não havendo formação de coisa julgada de nenhuma espécie.
- (D) será julgado com resolução do mérito, formando coisa julgada material.
- (E) será julgado com resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.

48. A incompetência absoluta

- (A) deve ser declarada após arguição preliminar, levando à nulidade de todo o processo.
- (B) pode ser prorrogada, se o réu não opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais.
- (C) uma vez declarada, leva à nulidade somente dos atos decisórios, remetendo-se os autos ao juiz competente.
- (D) uma vez declarada, sempre leva à extinção do processo, sem resolução do mérito.
- (E) deve ser levantada por meio de exceção, a ser apensada aos autos principais.

49. O juiz responderá por perdas e danos quando

- (A) determinar provas que os tribunais entendam desnecessárias.
- (B) retardar, em qualquer situação, providência inerente ao exercício de suas funções.
- (C) recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.
- (D) sua sentença for alterada pelos tribunais.
- (E) exceder o prazo de noventa dias para término de qualquer processo.

50. Em relação às provas,

- (A) apenas os meios de prova previstos em lei são admitidos processualmente.
- (B) não dependem de produção probatória os fatos havidos no processo como controversos.
- (C) vigora entre nós o sistema de prova tarifado, atribuindo o juiz valor maior à confissão e menor à prova testemunhal.
- (D) em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado quanto a esta o exame pericial.
- (E) como regra geral, devem elas ser produzidas com a inicial e a contestação, mas sempre até o saneamento do processo.

51. Sobre a intimação é correto afirmar:

- (A) se tiverem ocorrido em dia em que não tenha havido expediente forense, as intimações consideram-se realizadas no primeiro dia útil anterior.
- (B) far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.
- (C) a intimação do representante do Ministério Público é feita pela imprensa oficial.
- (D) as intimações necessitam de provocação da parte para serem realizadas.
- (E) cumpre ao cartório judicial atualizar o endereço dos advogados para fins de realização de comunicações e intimações processuais, contatando a Ordem dos Advogados do Brasil para esse fim.

52. Em relação às nulidades,

- (A) a decretação da nulidade formal pode ser requerida inclusive pela parte que lhe deu causa.
- (B) o erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos praticados, indistintamente.
- (C) constitui mera irregularidade a ausência de intimação do Ministério Público para acompanhar o feito em que deva intervir.
- (D) qualquer nulidade dos atos processuais pode ser alegada pela parte a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- (E) quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

53. É INCORRETO afirmar, no tocante ao pedido:

- (A) Quando a ação disser respeito às consequências do ato ou do fato ilícito, o pedido deverá ser sempre certo ou determinado, vedado o pedido genérico.
- (B) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, se não puder acolher o anterior.
- (C) É permitida a cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão.
- (D) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- (E) Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.



<p>54. No que tange aos recursos,</p> <p>(A) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.</p> <p>(B) podem ser interpostos somente pela parte totalmente vencida.</p> <p>(C) são sempre recebidos no duplo efeito, devolutivo e suspensivo.</p> <p>(D) das decisões interlocutórias e dos despachos não cabem recursos.</p> <p>(E) é possível desistir de sua interposição, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes.</p>	<p>58. No Juizado Especial Criminal,</p> <p>(A) os atos processuais são públicos e podem realizar-se em qualquer dia da semana, no horário diurno.</p> <p>(B) a declaração de nulidade do ato independe da comprovação de prejuízo.</p> <p>(C) a intimação de pessoa jurídica poderá ser feita mediante entrega de correspondência ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.</p> <p>(D) a competência será determinada pelo domicílio ou residência do réu.</p> <p>(E) não encontrado o acusado para citação pessoal, não se desloca a competência para o juízo comum.</p>
<p>55. A liquidação da sentença</p> <p>(A) é recorrível por apelação.</p> <p>(B) far-se-á por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.</p> <p>(C) poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.</p> <p>(D) é determinada em toda e qualquer sentença condenatória.</p> <p>(E) permite discutir de novo a lide, com eventual modificação da sentença que a determinou.</p>	<p>59. O juiz dar-se-á por suspeito se</p> <p>(A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.</p> <p>(B) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.</p> <p>(C) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.</p> <p>(D) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.</p> <p>(E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>56. A competência será determinada pela continência</p> <p>(A) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.</p> <p>(B) se os crimes foram praticados para facilitar ou ocultar outros.</p> <p>(C) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.</p> <p>(D) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.</p> <p>(E) se os crimes forem praticados por várias pessoas, umas contra as outras.</p>	<p>60. Na sentença, o juiz</p> <p>(A) se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, baixará os autos para que o Ministério Público adite a denúncia no prazo de 10 (dez) dias, dispensado novo interrogatório do réu.</p> <p>(B) não poderá reconhecer circunstância atenuante, se não alegada pelas partes.</p> <p>(C) sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, vetada, no entanto, a aplicação de pena mais grave.</p> <p>(D) verificará a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, se atribuir definição jurídica diversa ao fato.</p> <p>(E) não fica adstrito aos termos do aditamento.</p>
<p>57. No tocante à ação penal, é correto afirmar que:</p> <p>(A) é extensível a todos os autores do crime a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um deles.</p> <p>(B) o juiz não poderá declarar de ofício a extinção da punibilidade.</p> <p>(C) é admissível ação privada nos crimes de ação pública, se arquivado o inquérito, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça.</p> <p>(D) é inadmissível o oferecimento de denúncia sem inquérito policial que a instrua.</p> <p>(E) em relação à ação penal privada não vigora o princípio da indivisibilidade.</p>	

**GRUPO III****LEGISLAÇÃO**

Atenção: As questões de números 61 a 65 referem-se à Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

61. O Ministério Público propôs Ação de Interdição perante a 5ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro em face de Letícia, que padece de retardo mental severo – C.I.D. 10 – F 71.1 – fato este que a impede de exercer os atos da vida civil. Nesse caso, o Ministério Público será intimado dos atos processuais
- (A) pelo Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, correndo os prazos a que estiver sujeito da data do primeiro dia útil subsequente à publicação.
 - (B) pessoalmente, correndo os prazos a que estiver sujeito da data da respectiva ciência.
 - (C) via postal, correndo os prazos a que estiver sujeito da data do respectivo recebimento.
 - (D) pelo Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, correndo os prazos a que estiver sujeito da data da publicação.
 - (E) pessoalmente, correndo os prazos a que estiver sujeito da data da juntada aos autos do comprovante da respectiva intimação.
-
62. Francisco propôs Ação de Reparação de Dano em face de Jade perante a Justiça Comum Cível da cidade do Rio de Janeiro, cidade esta na qual ambos são residentes. Houve tentativa de citação via postal, porém, foi devolvida a correspondência por impossibilidade de entrega ao destinatário. Dessa forma, deverá
- (A) a citação ser cumprida por oficial de justiça.
 - (B) ser dado imediato prosseguimento ao feito, com a nomeação de curador especial para defender os interesses de Jade.
 - (C) o processo ser extinto sem julgamento do mérito, tendo em vista a impossibilidade de citação da ré.
 - (D) ocorrer mais duas tentativas de citação, por via postal, no mesmo endereço.
 - (E) a citação ser feita por edital, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro.
-
63. Roberto, residente na cidade do Rio de Janeiro, propôs Ação de Reparação de Dano perante a Justiça Comum Cível da mesma cidade, por fato ali ocorrido, em face de Maria, que possui endereço certo na cidade de Niterói. A citação de Maria será feita, em regra, por
- (A) via postal obrigatoriamente, através de carta com aviso de recebimento.
 - (B) edital, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, sendo vedada a utilização de outro meio.
 - (C) meio de carta precatória, que adotará, obrigatoriamente, a forma eletrônica, sendo vedada a utilização de outro meio.
 - (D) meio de carta precatória obrigatoriamente encaminhada por fax, sendo vedada a utilização de outro meio.
 - (E) via postal, através de carta simples, salvo se for devolvida a correspondência por impossibilidade de entrega ao destinatário, quando a citação será cumprida por Oficial de Justiça.
-
64. Lina, advogada, fez carga de um processo no qual atua como procuradora do réu. Ao notar que Lina não devolveu os autos no prazo estabelecido, José, Escrivão da Serventia Judicial, deverá intimar Lina,
- (A) sendo imprescindível despacho judicial, por Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, a restituí-los em 48 horas e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício, mediante o recolhimento de custas.
 - (B) independentemente de despacho judicial, por Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, a restituí-los em 05 dias e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício, independentemente do recolhimento de custas.
 - (C) sendo imprescindível despacho judicial, por Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, a restituí-los em 24 horas e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício, independentemente do recolhimento de custas.
 - (D) independentemente de despacho judicial, por Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, a restituí-los em 24 horas e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício, independentemente do recolhimento de custas.
 - (E) independentemente de despacho judicial, por Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, a restituí-los em 48 horas e, em caso de descumprimento, expedir mandado de busca e apreensão de ofício, mediante o recolhimento de custas.



65. Laerte propôs Ação de Cobrança em face de Margarida. A ação foi distribuída a uma das Varas Cíveis do Foro Central do Rio de Janeiro. Como Laerte não possui condições de arcar com as custas do processo, requereu ao juiz a concessão do benefício de assistência judiciária gratuita, o que foi deferido. Leonardo, irmão de Laerte, propôs Ação de Cobrança em face de Magda. A ação foi distribuída a uma das Varas Cíveis do Foro Central do Rio de Janeiro. Diferentemente de Laerte, o pedido de Leonardo de gratuidade processual não foi deferido, tendo ele que arcar com as custas do processo. Lurdes propôs, perante o Juizado Especial Cível do Estado do Rio de Janeiro, Ação de Indenização por acidente de veículo em face de Paulo. As custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do 1º grau de jurisdição serão pagas antecipadamente por
- (A) Leonardo e Lurdes, apenas.
(B) Laerte e Leonardo, apenas.
(C) Lurdes, apenas.
(D) Leonardo, apenas.
(E) Laerte, Leonardo e Lurdes.
- Atenção:** As questões de números 66 a 68 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.
66. Na Região Judiciária Especial foram distribuídos à 1ª Vara Cível 1500 processos. Devido ao grande número de feitos, Moisés, juiz de direito da referida Vara, decidiu que exercerá a sua função em 700 desses feitos – os quais considera de maior complexidade – e delegará a Flávio, juiz auxiliar da Vara, os outros 800 processos. Moisés agirá de forma
- (A) incorreta, pois somente poderá o Juiz de Direito delegar ao auxiliar mais da metade dos feitos distribuídos nas Varas Criminais, de acordo com a natureza da infração, conforme for estipulado em portaria pelo Juiz de Direito.
(B) incorreta, pois somente poderá o Juiz de Direito delegar ao auxiliar mais da metade dos feitos distribuídos a sua Vara se houver a autorização do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que se dará pela maioria absoluta de seus integrantes, em sessão pública e escrutínio secreto.
(C) correta, pois poderá o Juiz de Direito delegar ao auxiliar até 60 % dos feitos distribuídos à sua Vara.
(D) incorreta, pois em nenhuma hipótese poderá o Juiz de Direito delegar ao auxiliar mais da metade dos feitos distribuídos à sua Vara.
(E) correta, pois poderá o Juiz de Direito delegar ao auxiliar quantos feitos entender necessário, desde que certifique a Corregedoria, justificando tal delegação.
67. Natan é Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Jonas é 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Fernando é desembargador e integra o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Assim, dentre outros membros, fará parte do Conselho da Magistratura
- (A) Natan e Fernando, apenas.
(B) Natan e Jonas, apenas.
(C) Fernando, apenas.
(D) Natan, Jonas e Fernando.
(E) Jonas e Fernando, apenas.
68. Mário ingressou na magistratura há um ano e exerce, com decoro e justiça, o cargo de juiz substituto. A promoção por merecimento de Mário, em regra,
- (A) não é possível, já que se considera requisito essencial o período mínimo de dois anos de exercício na respectiva entrância.
(B) é possível, já que no caso de o magistrado possuir reputação ilibada e senso de justiça comprovados, o período mínimo exigido para a sua promoção por merecimento é de um ano de exercício na respectiva entrância.
(C) é possível, pois para a promoção por merecimento o período mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância é dispensado, considerando-se requisito essencial a reputação e o senso de justiça do magistrado.
(D) não é possível, já que se considera requisito essencial o período mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância.
(E) é possível, pois para a promoção por merecimento o período mínimo de dois anos de exercício na respectiva entrância é dispensado, considerando-se requisito essencial a reputação e o senso de justiça do magistrado.
69. Marilene, ocupante de cargo em órgão da Administração Estadual direta em caráter efetivo, prestou, para cargo divergente daquele que ocupa, concurso público no qual foi habilitada nas provas e no exame de sanidade físico-mental e, então, designada para o estágio experimental. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, Marilene, em regra,
- (A) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
(B) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda das vantagens, do auxílio-moradia e do adicional por tempo de serviço, mas continuará recebendo o vencimento.
(C) não ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado até a sua aprovação no estágio experimental e consequente nomeação no concurso, e continuará recebendo o vencimento e as vantagens, com a perda do auxílio-moradia e do adicional por tempo de serviço.
(D) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado, mas continuará recebendo o vencimento, as vantagens, o auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço.
(E) ficará afastada de seu cargo anteriormente ocupado com a perda do vencimento, das vantagens e do auxílio-moradia, ressalvado o adicional por tempo de serviço.
70. O advogado João, 71 anos de idade, deseja ser nomeado para exercer o cargo comissionado de chefe do gabinete do desembargador Martim, seu amigo. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, João
- (A) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois possui mais de 70 anos de idade.
(B) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 05 anos em sua função.
(C) poderá ocupar o cargo em comissão, desde que o Conselho da Magistratura aprove a nomeação.
(D) poderá ocupar o cargo em comissão, pois não há limite de idade para o exercício de cargo em comissão.
(E) não poderá ocupar o cargo em comissão, pois a chefia de gabinete deve ser exercida por funcionário do próprio gabinete, com mais de 03 anos em sua função.



DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

QUESTÃO 1

O Oficial de Justiça encarregado do cumprimento de um mandado citatório vai ao Condomínio Edifício em que reside o réu, e ao ser recebido pelo porteiro, percebe conversa pelo interfone e desconfia haver o réu dado ordens a esse funcionário para dizer que não se encontrava, frustrando a citação. Como cumprir o mandado? Qual a denominação dada a essa modalidade de citação? Como será o réu, ao final, cientificado de sua citação? Analise o caso detalhadamente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 2

Ao procurar o acusado para citação em seu endereço residencial, o único constante dos autos e do mandado, o oficial de justiça encontrou o imóvel desocupado e certificou que, segundo vizinhos, o réu mudara para sítio na altura do km 6,5 da rodovia X, na mesma Comarca. Anotou ainda que, em diligência na referida estrada, não conseguiu localizar a propriedade. Procedido ao chamamento por edital, o acusado não o atendeu e tampouco constituiu defensor. Por isso, decretada a revelia e a suspensão do processo, bem como a produção antecipada da prova oral, considerada urgente por despacho suficientemente motivado. Depois de colhidos os depoimentos na presença de defensor dativo, advogado constituído peticionou nos autos. Revogada a suspensão e retomado o curso do feito, o réu foi interrogado e, oferecidas as alegações finais, o juiz proferiu sentença condenatória. Procurado para intimação da decisão no exclusivo endereço conhecido, outro oficial de justiça obteve na vizinhança a mesma informação do colega anterior e, diligenciando pela rodovia, logrou encontrar o endereço do réu e cientificá-lo da sentença. Interposta apelação, o condenado arguiu nulidade do processo, por cerceamento de defesa, uma vez que indevida a citação por edital. O Ministério Público, em contrarrazões, opina pelo não reconhecimento do vício processual, pois a certidão do primeiro oficial disporia de fé pública. Ademais, regularmente interrogado, o acusado não teria experimentado prejuízo.

Comente o caso.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	